

Construindo uma história brasileira: o passado do Brasil para universitários brasileiros

Ana Carolina Dias Cruz
Cristal Oliveira Moniz de Aragão
Luana Pedrosa Vital Gonçalves
Angela Arruda

Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ, Brasil

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar as representações sociais da história do Brasil para estudantes universitários brasileiros, utilizando a Teoria das Representações Sociais, de Serge Moscovici. Aplicou-se questionário em que se perguntou a 1.029 estudantes dos sete estados das cinco regiões geográficas brasileiras onde se localizavam e quais eventos históricos mais importantes do Brasil. Percebeu-se que as respostas se estruturavam como narrativas de momentos do país, em que se destacavam a chegada dos descobridores, a colonização, a criação de Brasília e permanências em que a história se confunde com a cultura e a natureza. Ainda se notaram os esquecimentos, espécie de feridas afetivas na memória, que podem ser entendidas como seleções e resistências mergulhadas em afetos, compõem estas representações sociais da história.

Palavras-chave: Representações sociais, Universitários, Brasil, Narrativas, Afeto.

Building a Brazilian history: the Brazilian past by undergraduate students from Brazil

Abstract

This work intends to analyze the social representations of the history of Brazil by Brazilian undergraduate students, using the theory of social representations by Serge Moscovici. A questionnaire was answered by 1029 students from seven states in the five geographic Brazilian regions. The students were asked to localize and describe the most important historical facts of Brazil. The answers were structured as narratives about moments of the Brazilian history, emphasizing the arrival of the Portuguese, the settling, the creation of Brasília and permanences in which history fuses with culture and nature. The forgotten facts, a kind of affective wound in the memory, can be understood as selections plunged in affectivity, compose these social representations of history.

Keywords: Social representations, College students, Brazil, Narratives, Affect.

Introdução

Para Anderson (1983/1992), as nações se definem intrinsecamente como comunidades políticas imaginadas. Renan, (1947/1961, citado por Anderson 1983/1992) sublinha que a essência de toda nação é que seus indivíduos têm muito em comum, inclusive o que

esqueceram. A criação de uma nação implica, portanto, as elaborações criativas, atualizadas, de memórias de fatos passados (Sá & Oliveira, 2002). O passado é elaborado segundo os interesses e valores do presente e as expectativas para o futuro, numa (re)significação instável porque mutante – que se constrói e se reconstrói sempre que há

Endereço para correspondência: Angela Arruda, Rua Francisco Sá, nº 38, apt. 806 – Copacabana. CEP: 22080-010 – Rio de Janeiro/RJ. E-mail: arrudaa@centroin.com.br. Telefone/Fax: (21) 2523-8164.

Projeto financiado pela Fundação Carlos Chagas (FCC), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e apoiado pela Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB/UFRJ). Contou ainda com bolsas de iniciação científica do CNPq e bolsas de mestrado do CNPq e da CAPES. Foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

demandas cognitivas e afetivas frente à realidade –, mas que é capaz de promover a estabilidade do grupo nacional, que pela memória encontra suas origens e afirma uma coesão (De Rosa & Mormino, 2002).

Este trabalho adota duas lentes para analisar a (re)construção da história brasileira pelos universitários, potenciais formadores de opinião. A Teoria das Representações Sociais, inaugurada por Moscovici (1961/1978), é a primeira delas, porque permite “entender os entendimentos” (Jovchelovitch, 2007/2008, p.88) que esses jovens constroem, oferecendo substrato para investigar o processo de construção/criação da memória. A segunda se situa no âmbito das proposições agrupadas por Sá (2005) sob a denominação geral de memória social (Bartlett, 1932/1995; Halbwachs, 1968/2006; Jedlowski, 2005), entendida pelo autor como construção social que liga sujeito e sociedade e permanece no tempo através do registro, da comunicação e interação social.

Os entendimentos comuns sobre a história, bem como sobre outros objetos sociais, não são fixos, nem unitários; podem conter apenas fragmentos e mesmo conteúdos conflitantes. O que é ressaltado ou omitido; os diferentes significados adotados; as apropriações de memórias em disputa; as mudanças que suscitam alterações de ênfase nas lembranças; enfim, os processos e as circunstâncias em que os conhecimentos sobre o passado são forjados ou atualizados por um grupo social são complexos e precisam ser considerados para contemplar a vivacidade do fenômeno.

Uma abordagem psicossociológica dessa ordem necessita levar em conta que são as pessoas e os grupos que se lembram, incluindo na análise os fenômenos afetivos e inconscientes, sem perder de vista os fatores culturais e históricos que os coengendram (Jodelet, 1992; Sá, 2007).

Laurens (2002) esclarece que

A memória não seria, portanto, um ato individual, mas uma função social que responde ao propósito de mostrar ao outro o que nós vimos, ou seja, de transferir-lhe nossa experiência construída pela narrativa que nós fazemos dela para nós e para ele. (p.12)

A memória, como a representação social, que é o seu estofado, envolve criação e seleção feitas por indivíduos, grupos e sociedades, que não assimilam o que lhes chega de forma

passiva, mas reorganizam as informações disponíveis para constituir um todo relativamente coerente, corroboram Roussiau e Bonardi (2002). Informações sobre eventos históricos nacionais circulam tanto nos espaços da aprendizagem formal – como a escola – quanto nos meios de comunicação de massa, no cotidiano familiar, no convívio com os mais velhos, nas conversas corriqueiras. Na confluência desses domínios vão se forjar crenças e imagens – representações sociais – compartilhadas sobre a história da nação.

Tendo em vista tais perspectivas, este trabalho objetiva analisar os indícios das representações sociais do passado brasileiro para os universitários do país, numa busca de (re)engendrar, junto com os pesquisados e suas respostas às perguntas da pesquisa, a narrativa das linhas curvas da nossa história.

Metodologia

A metodologia se inspirou nos trabalhos de Milgram e Jodelet (1976) sobre os mapas mentais de Paris e de Nova Iorque. Para os autores, os mapas mentais expressam a dinâmica da representação social do espaço, estruturam-no e possibilitam a localização espacial. Construíram-se questionários que pediam que os sujeitos desenhassem, localizassem e discorressem sobre diversos aspectos do Brasil. Este artigo aborda a questão que solicitava que se indicasse num mapa do Brasil, sem estados nem regiões demarcados, os lugares que se consideravam mais importantes para a história do país, indicando a ordem de importância, os nomes desses locais e o porquê das respostas.

Os questionários foram aplicados entre 2003 e 2004 a 1.029 estudantes do 1º ano de Medicina, Engenharia, Serviço Social, Enfermagem e Pedagogia de universidades públicas e privadas dos estados do Pará, Goiás, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Os participantes, de ambos os sexos (maioria feminina: 74%), tinham em maior parte até 24 anos (77%).

Os mapas produzidos foram analisados a partir de duas metodologias. Seguiu-se a análise de conteúdo temática (Bardin, 1977), e as categorias mais frequentes tenderam a apontar para as representações hegemônicas, aquelas que atravessam grupos bem estruturados, como as nações, prevalecendo nas práticas simbólicas e afetivas destes,

(Moscovici, 1988). No entanto, buscaram-se também outros tipos de representações, bem como a diversidade presente em qualquer representação, que fazem parte do jogo de negociação e mudança representacional. A procura do que está além do consenso e da hegemonia foi traçada através do paradigma indiciário (Ginzburg, 1986/1989). Neste sentido, foi feita uma volta ao material para uma análise mais fina do conteúdo das respostas por categoria e uma focalização nas respostas que escapavam às tendências hegemônicas expressas nas maiores frequências (Gonçalves, 2008; Lorenzutti, 2008).

Os indícios a que nos conduz Ginzburg (1986/1989) permitiram ainda desenhar as teias semânticas e seguir o alerta de Moscovici sobre a importância de entender como as categorias se organizam, a formação do campo da representação. Como explica Arruda (2002) por meio da metáfora da encenação, é preciso entender como “o conjunto de personagens com sua posição, suas relações e suas ações depende da organização interna do campo, que compreende seus componentes, seu princípio organizador e seus valores, todos articulados de modo a criar uma dinâmica” (p. 153, tradução nossa).

Assim, buscou-se compreender como as relações entre os elementos encontrados pela análise de conteúdo configuram a teia/teoria leiga, a representação social, possibilitando uma visão de conjunto da história do Brasil criada pelos jovens analisados. Foram identificados indícios do que Bardin (2003) chama de esqueleto do material simbólico, ou seja, os sentidos que organizam as unidades significantes, que garantem ao discurso sua totalidade. As categorias foram contabilizadas por presença e ausência. Executou-se um trabalho de descrição reconstrutiva, que, como um quebra-cabeça, permitiu fazer inferências sobre as relações espaço-tempo que encadeiam as representações sociais da história para o grupo estudado.

Construindo uma história

Os desenhos situaram retalhos do passado na colcha do julgamento presente que o mapa oferecia aos participantes da pesquisa. Tempo e espaço são duas importantes dimensões das representações do passado, são instâncias socialmente urdidas e representadas na complexa rede de significados tecida durante o

processo de criação das nações (Valencia, 2005). Por isso, a análise categorial foi desenvolvida com a historiadora Lucia Pintor Santiso Villas Bôas (pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, São Paulo), visando retratar como tais instâncias marcavam as falas em cada categoria específica, coadunando assim os fatos históricos oficialmente datados e a história imaginada, com sua temporalidade imaginária.

Autores como Rocha e Eckert (2001) questionam a proverbial afirmação de que o Brasil é um país sem memória, que não conhece a sua história. Elas apontam a existência de um tempo lacunar que nos acompanha, uma forma “brasileira” de temporalidade. Dentro do modelo ocidental do tempo linear, da perspectiva evolutiva contínua (*longue durée*) constitutiva da experiência, nada caracterizava melhor o Brasil do que o fato de ter uma história muito curta, rapidamente confundido com não ter história, já que a cultura brasileira não teria se baseado em tradições muito antigas, como a peruana e mexicana, nem em um passado pré-histórico (Leibing & Benninghoff-Lühl, 2001). No Brasil, a visão de estudos acadêmicos que resgatam nossas origens mais longínquas ainda não penetrou os discursos do senso comum. Assim, no lugar de um modelo temporal rígido, linear, de uma perenidade estabilizadora, aqui vamos encontrar mais facilmente a imprevisibilidade temporal, uma lógica de abertura. Os resultados da nossa pesquisa apontam para essa outra forma, impresumível, de organizar o tempo.

Considerando que a sociedade brasileira constrói e organiza de maneira própria sua experiência histórica, supõe-se que esta contribua para a formação de modelos cognitivos narrativos, como propõe Werstch (2002, citado por Liu & László, 2007). O pensamento histórico se constitui no e pelo movimento de narrar, que dá sentido a experiências do passado e as situa no tempo e no espaço. Dessa forma, as narrativas servem de orientação para a vida prática e expressariam consciência histórica (Rüsen, 2001), assegurando a continuidade do grupo (László, Vincze, & Somogyvári, 2003).

As representações sociais aparecem com frequência sob formas narrativas. Como explica Jovchelovitch (2007/2008), as narrativas “são instrumentos poderosos para gerar e analisar dados sobre sistemas representacionais” (p.

273), em parte porque encadeiam sentidos em meandros explicativos e articuladores. A organização narrativa é, ainda, especialmente característica para a preservação e transformação das representações sobre o passado e sobre a história do grupo. As teorias encontradas nos mapas e explicações dos estudantes, corroborando o que dizem os

autores sobre a construção do passado, evidenciam que as categorias encontradas nas respostas dos estudantes – mesmo que aparentemente desconectadas da relação espaço-tempo na classificação categorial – montam narrativas, construindo uma história para o Brasil. As Figuras 1 e 2, apresentadas a seguir, mostram estas grandes categorias:

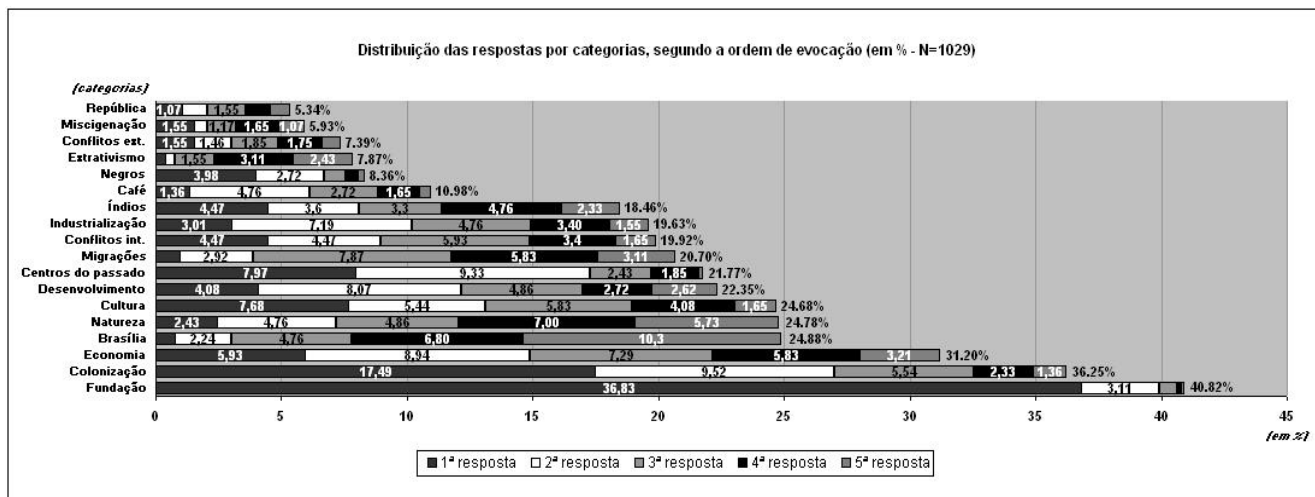


Figura 1 – Respostas por categorias, segundo ordem de evocação.

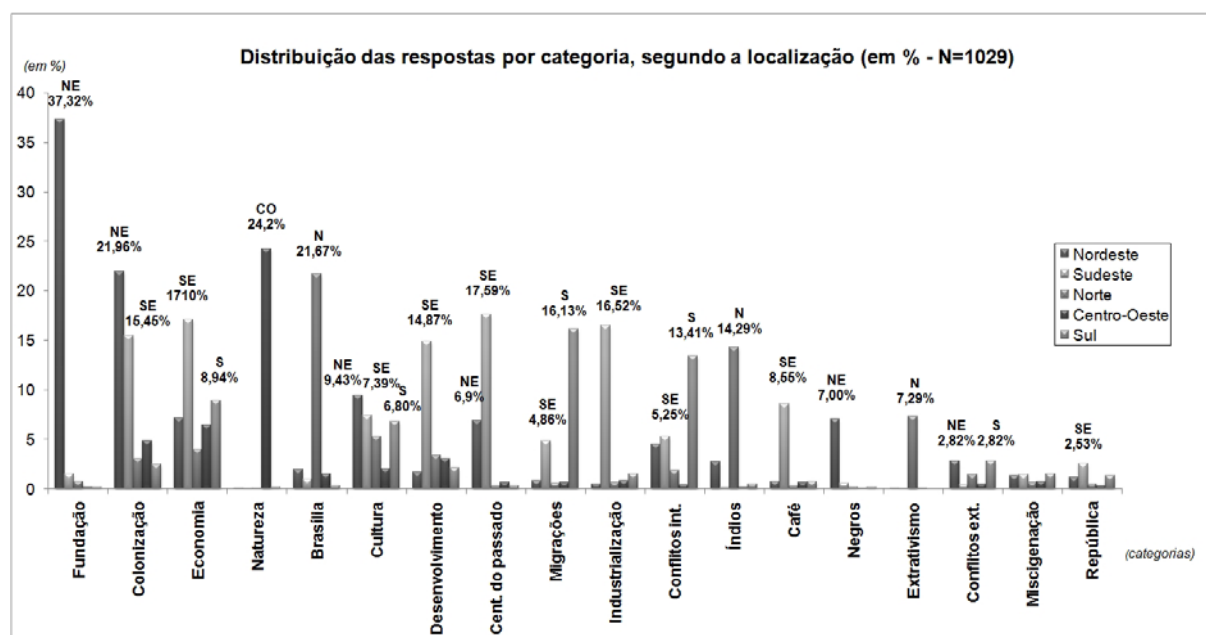


Figura 2 – Respostas por categoria, segundo a localização ¹.

¹ As figuras são apresentadas apenas com a porcentagem com relação à amostra dos 1029 sujeitos. Os valores absolutos de evocação não estão presentes por dificuldades de diagramação e espaço. A Figura 2 não tem o número total de respostas como somatório, pois os participantes podem atribuir duas localizações para um mesmo evento, como na seguinte resposta: “polos industriais, maiores do país”, com localizações nas regiões Centro Oeste e Sul. É importante explicitar que 14,87% dos estudantes deixaram o questionário analisado em branco, o que soma cerca de um sétimo do material.

Nas respostas válidas dos participantes, encontramos três narrativas principais que permitiram inferir como este grupo cria sua realidade social, sua nação, seu pertencimento. Para compreendê-las melhor, buscou-se nos textos dos estudantes indícios como personagens, relações, temporalidades e contextos que funcionassem como organizadores/construtores das grandes temáticas encontradas na análise de conteúdo. Essas narrativas correspondem a três momentos da história citados pelos participantes, cujos indícios serão apresentados a seguir.

Do descobrimento à independência: o período de exploração

A fundação do Brasil aparece como nossa linha de partida incontornável: não só predomina no conjunto das respostas (40,92% - Figura 1), mas também foi considerada mais importante pela maioria (36,83% - Figura 1). O local originário foi o Nordeste (37,22% - Figura 2). “*Berço da civilização brasileira*” (estudante de Pedagogia, BA), ele é o marco espacial e temporal que inaugura a história do Brasil, a “*porta de entrada*” (estudante de Pedagogia, RS), “*onde tudo começou*” (estudante de Medicina, RS). A versão oficial, cuja cena fundante foi a chegada dos portugueses por via marítima e o encontro com os índios, recebe a adesão de um quarto dos sujeitos (25,56%)². Contudo, os significados atribuídos às origens da História do Brasil não se restringiram a essas interpretações hegemônicas, ancoradas no modelo mítico. Uma outra, ainda que de poucos (5,44%), é a visão que identifica o aportar das caravelas à “*invasão [que] começou*” (estudante de Medicina, BA). Ela aponta um início anterior ao descobrimento ao reivindicar o lugar dos “*nativos habitantes, donos deste território, antes da chegada dos portugueses*” (estudante de Serviço Social, PE). Nas duas concepções, a hegemônica e esta, é a vinda dos “descobridores” lusitanos que principia o movimento de colonização.

Ao descobrimento segue-se a colonização, mencionada por mais de um terço dos

estudantes (36,25% - Figura 1), relacionada por quase um quinto destes ao que há de mais importante para a história do Brasil (17,49% - Figura 1) e concentrada na região Nordeste (21,96% - Figura 2). Esse período é comumente explicado através dos ciclos econômicos encontrados nos manuais escolares: a mineração (14,19%), o pau-brasil (11,27%) e a cana-de-açúcar (8,65%). A voz dos estudantes ressalta uma “*longa temporada de exploração*” (estudante de Pedagogia, PA) de terras e de pessoas, um “*período marcado pela dor e pela injustiça*” (estudante de Enfermagem, PE), que culmina no esgotamento das riquezas de algumas das regiões. Assim, em consonância com o que foi identificado por Sá (2005), as chamadas críticas consolidadas estiveram presentes nas respostas minoritárias que questionaram a ação da descoberta e destacaram a invasão, a conquista, a exploração e o genocídio como marcas na memória.

Alçadas as bases organizacionais, a época de grande exploração teria findado e uma segunda etapa da narrativa imaginada coloca a região Sudeste como o novo centro político (17,59% - Figura 2): “*logo depois de toda sua exploração, causando sua escassez [da região Nordeste], a região Sudeste se transformou em pólo de desenvolvimento, vindo com a família real*” (estudante de Enfermagem, PE). Foi a partir daí que se “*iniciou a modernização*” (estudante de Medicina, BA), com a construção de “*museus, universidades, escolas, estradas etc.*” (estudante de Enfermagem, PA), “*bancos, teatros e utilidades públicas que fizeram parte do desenvolvimento do país*” (estudante de Serviço Social, RJ).

Mas a insatisfação com a política de Portugal com relação ao Brasil trouxe revoltas internas (19,92% - Figura 1), cujo emblema foi a Revolução Farroupilha na região Sul (13,41% - Figura 2). A revolução como marca histórica do país parece contrariar a visão, há tempos difundida na mídia, do caráter pacífico do brasileiro, mas resgata novos atores da construção da nação. Alguns poucos estudantes explicitam o caráter peculiar dos personagens do período colonial e imperial (1,46%): “*líderes*” (estudante de Engenharia, RS), “*revolucionários*” (estudante de Engenharia, GO), que “*sabiam lutar pelos seus direitos*” (estudante de Enfermagem, PE), saíram “*em defesa dos ideais do país e do povo*” (estudante de Engenharia, RS).

Constroem-se, na memória desses jovens,

² Algumas porcentagens encontram-se sem indicação de figura correspondente, porque são oriundas de análise fina dos dados, como “categorias” dentro de “categorias”, visando uma melhor compreensão do dissenso existente no consenso.

heróis anônimos, homens imaginados que não têm seus nomes citados, o que lhes empresta a dimensão de coletividade de uma era. Lautier (2005) explica que o aprendizado da história ocorre num processo de reafirmação dos tempos antigos, em que o aluno se coloca no lugar do outro. É possível que seja com esse outro rebelde que alguns dos pesquisados que citam as diversas revoltas emancipatórias e nativistas brasileiras busquem se identificar, que seja esse outro o antepassado de que se orgulham. Os homens da república estão ausentes. Seguindo a proposição de Emelyanova (2002) sobre o papel do afeto na formação da memória social, “só se guardam as representações sociais que não estão em contradição com uma imagem positiva do grupo nacional, isto é, aquelas que mantêm o sentimento de orgulho nacional” (p. 149, tradução nossa). Contudo, o orgulho demonstrado por uma parcela dos estudantes não remete à antiga representação do pacifismo e passividade do brasileiro. Pode-se supor, então, que estamos diante de indícios do dissenso nas representações hegemônicas. Diferentes perspectivas, com pesos diferentes, atravessam as formas imaginadas dos acontecimentos históricos relacionados com a nossa origem. Se elas indicam ou não uma nova representação, não se pode precisar aqui. Elas podem sugerir tanto o convívio com outra possibilidade, minoritária, quanto uma demanda em germe de modificação de algumas estruturas fortemente enraizadas no entendimento da história nacional, sinalizando o caráter dinâmico e processual das representações sociais. Analisar o minoritário em representações sociais pode apontar para as diversas significações dadas a um mesmo objeto, assim como sugerir a mobilização, o porvir, a possibilidade da mudança (Cruz & Arruda, 2008; Arruda, Gonçalves, & Mululo, 2008).

Despontando política e economicamente: o futuro brasileiro em formação

Descobrimiento, Colônia e Império formam uma tríade de fatos históricos fundantes, numa relação temporal que explica o surgimento do país, e tem no Nordeste e no Sudeste seus espaços. A república tem um espaço privilegiado no Centro-Oeste e uma temporalidade presentificada: a presença de Brasília seria o seu principal, senão o único,

acontecimento histórico importante (24,88% - Figura 1). Observa-se, assim, um salto temporal no âmbito político. O projeto da construção de Brasília foi situado dentro de um plano de “*continuação do desenvolvimento urbano*” (estudante de Medicina, RS), “*expansão para o centro*” (estudante de Engenharia, RJ), “*geração de empregos*” (estudante de Pedagogia, PA) e desenvolvimento econômico.

Percebe-se que boa parte dos participantes constrói uma história delineada pelos aspectos políticos e econômicos brasileiros, traçada por uma ideia de ascensão devido à existência de períodos de desenvolvimento. Mais de um quinto dos estudantes (22,35% - Figura 1) fala sobre o desenvolvimento como eixo histórico do país, localizado principalmente no Sudeste (14,87% - Figura 2). Como já foi dito, o Nordeste, espaço inicial em que descobrimento e desenvolvimento se encontram no imaginário, “*representa a costa do desenvolvimento*” (estudante de Medicina, BA), é o lugar onde “*os colonizadores começaram a desenvolver o Brasil*” (estudante de Enfermagem, GO). Num segundo momento, o Sudeste marca um novo ciclo desenvolvimentista, de “*fundação do Brasil moderno*” (estudante de Medicina, BA), iniciado com o ciclo econômico do café (8,55% - Figura 2) e tendo seu estopim com a industrialização (16,52% - Figura 2).

Assim, da chegada da Família Real até os dias atuais, o Sudeste é apresentado como o “*pólo*”, o “*centro*”, a “*potência*”, a “*sede*”, tanto da economia quanto do desenvolvimento brasileiros – dos que citam a economia como base histórica (31,20% - Figura 1), mais da metade a localiza na região Sudeste (17,10% - Figura 2). A região é “*importante foco administrativo, segunda capital do país, pertencente ao eixo de controle do país há décadas*” (estudante de Medicina, BA), a “*primeira vila e segunda capital, que ainda exerce grande influência no país*” (estudante de Medicina, BA). O Sudeste foi o centro de poder do passado que perdeu seu posto de sede oficial do governo federal.

Deste modo, enquanto a história econômica do país é apresentada como um fluxo constante e ascendente, em cuja temporalidade se sucedem os ciclos econômicos aprendidos na escola, culminando na industrialização e no advento da tecnologia, a história política, do Império até a construção da nova capital, é lacunar, pontuada apenas por revoltas e conflitos. Isolada no tempo, a criação

de Brasília foi também o fato que definiu os limites temporais das lembranças dos nossos sujeitos. Raras foram as evocações de acontecimentos posteriores. O pensamento sobre nossa história parece ter congelado aí, como ressalta um estudante ao justificar sua resposta no Distrito Federal: “*representa o momento mais recente de nossa história*” (estudante de Engenharia, RS). Talvez, para eles, nada de importante tenha acontecido na história do país desde então.

Da floresta, fez-se a terra; da cultura, o povo: as permanências históricas

Enquanto a economia parece ligar presente e futuro, mostrando uma narrativa em que o país tende ao progresso, outras temáticas costuram presente e passado ao remeterem a continuidades, “preservações”, “tradições”. Natureza e cultura (24,78% e 24,68% respectivamente - Figura 1) são expressões dessa representação temporal segundo a qual, em alguns aspectos, o tempo brasileiro teria ficado paralisado.

A região Norte é o espaço da natureza “exuberante”, “rica”, “importantíssima” (21,67% - Figura 2). Seu tempo é o presente, mas incorpora o passado e aponta para o futuro. A Amazônia objetiva a natureza edênica do mito fundador, simboliza os “*resquícios do Brasil antigo, primeiro*” (estudante de Medicina, BA), a “*preservação do que resta da natureza*” (estudante de Pedagogia, SP). “*Pulmão do mundo*”, é tida como “*o maior bem que o Brasil possui*” (estudante de Pedagogia, GO).

A preocupação explícita com a destruição ambiental é diminuta (2,33%). A interrogação colocada pelos estudantes é sobre o destino da floresta, que explicam depender das ações humanas. Para esse grupo minoritário, a natureza propiciará nova etapa de desenvolvimento ao país se preservada, como explica um universitário: “[a região Norte] *possui grandes riquezas necessárias para um desenvolvimento futuro, que precisam ser preservadas*” (estudante de Enfermagem, PA). Assim, apesar dos resquícios edênicos, para alguns a Amazônia transitaria entre cartão postal e recurso natural.

Os índios aparecem como importantes personagens da história relacionados aos recursos naturais, já que são os habitantes da floresta e “*têm um grande respeito pela*

natureza” (estudante de Pedagogia, BA). Eles são mencionados por pouco menos de um quinto dos pesquisados (18,46% - Figura 1) e localizados na região Norte pela maioria dos que os citam (14,29% - Figura 2). Os primeiros habitantes das terras brasileiras para cerca de um terço daqueles (5,44%) foram tomados explicitamente por alguns outros como elemento-símbolo da tradição (3,11%), das “*raízes mais profundas do povo brasileiro*” (estudante de Medicina, PE), “*base da nossa sociedade*” (estudante de Pedagogia, PE), “*berço da cultura brasileira*” (estudante de Medicina, BA), “*ancestrais*” (estudante de Pedagogia, SP). São vistos por eles, enfim, como fundadores do país.

Para uns poucos, a importância histórica dos índios no Brasil é explicada pela influência cultural que exerceram (3,3%): “*foram eles que deram origem as nossas tradições*” (estudante de Pedagogia, SP), “*muito da nossa cultura veio do povo indígena*” (estudante de Serviço Social, PE). Nas respostas relativas aos aspectos culturais (24,68% - Figura 1), história, cultura, raça e etnia se entrecruzam para narrar como se formou o povo brasileiro. Diferentemente das outras temáticas, a relevância da cultura como fato histórico (Figura 2) está por toda parte: no Nordeste (9,43%), no Sul (6,80%), no Sudeste (7,39%), no Norte (5,25%) e, em menor escala, no Centro-Oeste (2,04%).

Por ser hegemonicamente compreendido como o local de surgimento do Brasil (37,22% - Figura 2), o Nordeste condensa esta atribuição: é descrito como “*centro cultural, artístico, étnico, religioso, fundação do Brasil desde o seu descobrimento*” (estudante de Medicina, BA), a “*representação do Brasil*” (estudante de Medicina, BA), que “*ainda guarda grandes raízes*” (estudante de Serviço Social, RJ) e “*mostra nosso povo*” (estudante de Pedagogia, RJ), resultado que já havia sido encontrado em outra análise de material do nosso projeto, dos mesmos estudantes (Arruda & Ulup, 2007). É ainda lá, e em especial na Bahia, que se localizam as menções aos negros (7,00% - Figura 2), como ilustra o exemplo: “*Porque é um estado onde se concentram os nossos negros que cultuam com muito orgulho as crenças, danças e muito mais, de seus antecedentes*” (estudante de Serviço Social, PE).

Os brancos europeus, por sua vez, não são personificados apenas pela figura dos

descobridores, na nossa história. Eles são também os imigrantes de épocas mais recentes (20,70% - Figura 1), cujo espaço é principalmente as Regiões Sul (16,13% - Figura 2) e Sudeste (4,86% - Figura 2). Como os alemães e italianos, eles são vistos como importantes alavancas ao desenvolvimento do país no passado. Seu trabalho e conhecimento “*fizeram do café um excelentíssimo produto para a exportação*” (estudante de Enfermagem, GO), favoreceram “*novas técnicas de plantio e novas concepções ideológicas e políticas*” (estudante de Pedagogia, BA). A relevância cultural da vinda do imigrante é menos citada (3,50%), ressaltando que os “*benefícios culturais*” (estudante de Medicina, SP) trazidos por essas “*culturas de primeiro mundo se enraizaram no nosso país*” (estudante de Pedagogia, GO).

Os aspectos culturais receberam significados diferentes segundo a região. O Sudeste, embora pouco mencionado neste aspecto (7,39% - Figura 2), mais uma vez, é tido como “*pólo*”, “*centro econômico e cultural*” (estudante de Engenharia, RS). A cultura que abriga, no entanto, não é a popular. Trata-se da região de “*concentração industrial, artística e intelectual*” (estudante de Medicina, PA): o “*carnaval*” e o “*Rock in Rio*”, foram destacados, bem como a cultura dita erudita, dos “*movimentos artísticos*” (estudante de Medicina, SP), da “*primeira biblioteca*” (estudante de Serviço Social, RJ). O Sudeste, apesar da menor presença, representa o que há de mais moderno na cultura brasileira, enquanto o Norte e Nordeste são depositários de resquícios de antigas representações. Natureza, etnia e cultura funcionam como semióforos dos mitos fundacionais do Brasil (Chauí, 2001) que tornam as duas regiões importantes para a história do Brasil pela capacidade de revitalização de tradições e invenções sobre nossa origem, simbolizando a presença do passado no presente.

Assim, apesar de, do ponto de vista político, existir um vazio temporal que vai do império até a construção de Brasília, do ponto de vista econômico e cultural não há lacuna. Os ciclos econômicos e as migrações são exemplos desse preenchimento do período. Isso parece indicar que a temporalidade se bifurca: o político é um eixo interrompido, enquanto a economia, a cultura e a natureza são eixos permanentes, condutores, ainda que de proporções diferentes.

Feridas na memória: as lacunas históricas

Predominam, nas representações dos estudantes sobre a história, duas grandes temporalidades. A primeira, majoritária nas respostas, seria a de um tempo mais recuado. Refere-se ao passado colonial e imperial, a um modelo de Brasil que remonta a seus primórdios, cujo habitante originário era o índio e aonde chegaram os brancos colonizadores; uma terra explorada em sucessivos empreendimentos econômicos; o ponto culminante dessa chegada é a instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro. A segunda temporalidade ressaltada pelos estudantes, embora presente desde então, está mais ligada a um momento posterior, que parece mover-se em outro ritmo: o do desenvolvimento, da indústria, da mão-de-obra assalariada dos imigrantes que se aglutinam em um complexo de imagens que caracterizaram um Brasil urbano e moderno, mesmo se as primeiras migrações se destinavam, de fato, a espaços rurais. Aqui, o sistema político desse outro Brasil, a República (5,34% - Figura 1), é negligenciado no esquema representacional, aparecendo apenas como desbotado pano de fundo, vestígio, ou promessa de futuro.

Esses resultados aqui não se assemelham aos encontrados em estudos sobre memória realizados na Europa, nos quais os sujeitos evocaram predominantemente memórias circulantes em comunicações ativas (Assmann, 2006; Lászlo, Vincze, & Somogyvári, 2003), isto é, memórias de informações transmitidas por até duas gerações anteriores, nas trocas realizadas em casa e na escola. Nos nossos resultados, a memória cultural, que é ativada predominantemente por representações simbólicas do passado, prevaleceu. Tal organização das representações provoca a refletir sobre o que apontou Augé (2001): é preciso esquecer o passado recente para encontrar o passado antigo; é preciso saber esquecer para apreciar o gosto do presente.

Os dados sugerem representações da história que quase abandonam o terreno da história para entrar no dos mitos de origem, reforçando uma imagem positiva da nação. Acomodadas em recantos míticos, as memórias encontram facilidade de se livrarem de fatos históricos incômodos. Encontramos lacunas em alguns momentos marcantes da narrativa histórica do Brasil que foram lembrados por

poucos e nem sequer formaram categorias, como a era Vargas (0,58%), a ditadura militar (0,78%), o *impeachment* do governo Collor (0,10%) e tantos outros cenários e enredos apagados. A importância dos negros (8,36% - Figura 1) na constituição da nação, por exemplo, fica encoberta, sendo bem menos mencionada do que a dos índios (18,46% - Figura 1) e a dos imigrantes europeus (20,70% - Figura 1). Talvez porque esses elementos representem traços desestabilizantes do projeto sobre o qual esse Brasil do tempo moderno tenta se firmar no pensamento desses estudantes.

Rolnik (2007), baseando-se em Freud, afirma que algumas vezes o esquecimento aparece como uma manobra de sobrevivência a fim de evitar um mal maior. Trata-se de “perder a memória, não aquela feita de imagens ou fatos, memória do visível, mas sim a memória dos afetos” (Rolnik, 2007, p.164). Lerner (2007), no campo da produção literária nacional, também compreende o esquecimento a partir das lentes desse mecanismo, o da defesa contra as feridas da memória. No campo político, tem se discutido nos últimos anos as sequelas da ditadura militar e o direito à memória, pleiteando a abertura de arquivos, a investigação sobre desaparecidos políticos e questionando a anistia aos torturadores como parte do quadro de feridas da memória em que muitas questões ainda não foram resolvidas (Abrão, 2010). Por isso, pareceria que mexer em feridas ainda abertas não está na ordem do dia para nossos participantes. As manchas que sujam a imagem de um povo que, nas narrativas anteriores, avança resolutivo para o crescimento, não caberiam aqui. Contudo, tais feridas, mesmo isoladas para não contaminar tudo ao seu redor, não deixam de existir, nem cessam de insistir.

Expressas nas lacunas, nas histórias que os estudantes pouco contaram ou esqueceram, elas são igualmente importantes como constituintes das representações sociais do passado brasileiro. No âmbito da Teoria das Representações Sociais, convém observar os recortes e seleções operados pelos participantes, que são expressão do movimento de objetivação proposto por Moscovici e que auxiliam na compreensão da relação existente entre os elementos que formam uma representação e o modo como convergem e se articulam. Por isso, os elementos excluídos da dinâmica representacional precisam ser

analisados como estruturalmente relacionados aos aí incluídos. Eles são igualmente parte da seleção de elementos envolvida na empreitada de formação do saber compartilhado, em que entram em vigor processos subjetivos, intersubjetivos e transubjetivos (Jodelet, 2008). Um bom exemplo pode ser encontrado na inserção hegemônica do índio como figura fundacional na narrativa oficial. Buscando uma origem nacional, demandada pela emancipação brasileira de Portugal, o indianismo criou um herói genuinamente brasileiro, de físico belo, espírito livre e bravo, em total comunhão com a exuberante natureza. O contexto de criação do indianismo, no entanto, é ambíguo. Por um lado, revela uma reação dos intelectuais que estudavam o passado brasileiro contra as violências praticadas pelo colonizador; por outro, vangloria o indígena do passado, já dizimado, introduzindo assim um personagem mítico que não apresentava ameaça à ordem estabelecida (Bosi, 1992). Os índios temidos dos sertões, os miseráveis, os semiescravos, não são os atores do mito originário romântico. Feridas cicatrizadas, afastadas pelo tempo, que não denegriam a norma, favoreceram a visão da formação do povo brasileiro pela união das raças branca e índia. Como bem explica Bosi (1992): “O mito é uma instância mediadora, uma cabeça bifronte. Na face que olha para a História, o mito reflete contradições reais, mas de modo a convertê-las e a resolvê-las em figuras que perfaçam, em si, a *coincidentia oppositorum*” (p. 180). Já o negro, ferida aberta na sociedade brasileira, presente e pulsante ainda na atualidade, constante alvo de debates e políticas, parece insistir em submergir nas memórias dos estudantes pesquisados (mesmo dos 11,7% que se declararam negros). Cabe lembrar que as imagens do imperador e da corte nunca retratam pagens negros, apenas indígenas, para não ferir a imagem do D. Pedro II liberal e culto que ele desejava transmitir (Schwarcz, 1999).

A República, em geral, instaura uma lacuna na memória, possivelmente por constituir um ponto de tensão, uma exigência de mudança ou acomodação estrutural que representacionalmente não se consolidou no pensamento do povo. Carvalho (1990) demonstrou como a tentativa do primeiro governo republicano de objetivá-la na imagem da mulher e mãe corajosa não vingou. No presente, ela se apresenta, na figura de Brasília, ainda como um processo ou vir a ser, marcando

uma representação de incompletude do que até então parece não ter jogado âncora na identidade desses estudantes. Se, por desconfiança, por descrença ou por carência de uma imagem de participação popular no momento imaginado da origem, não podemos precisar.

Considerações finais

Nossos objetivos incluíam uma abordagem psicossociológica da memória em que se pudesse, baseando-se na Teoria das Representações Sociais, compreender como se constrói o passado brasileiro para os pesquisados. Encontrou-se nas narrativas um caminho para organizar as articulações realizadas por nossos estudantes, obedecendo à lógica interna de um tempo lacunar. Assim, compilaram-se narrativas que se iniciam com a chegada dos portugueses e sua consequência, a colonização. Depois, um sopro empurra o tempo para a criação de Brasília, e segue-se o silêncio. Onde o político se rompe, só a economia prossegue, como único fio a atravessar ininterrupto a lacuna entre os tempos históricos, até fincar o mastro do progresso no presente. Conseguimos identificar ainda as permanências, em que a história se mistura com a cultura, encontrando no mito um passado seguro em que se apoiar.

Os silêncios, as ausências, foram tornados figuras, pois as seleções fazem parte do processo da constituição das representações do passado, como determina o processo de objetivação. Trata-se da flexibilidade cognitiva discutida por Moscovici (1961/1978): a fim de enxugar o excesso de significações recebidas e reduzir a defasagem entre elas e o objeto em construção, essas seleções são realizadas com objetivo de acoplar um sentido a um objeto real. Contudo, é necessário refletirmos sobre o que foi relegado, que processos foram operados, em que pontos encontram ancoragens. Assim, num possível atravessamento por afetos coletivos, cristalizados na memória social, viram-se nos dados seleções que podem ser entendidas como resistências, lembranças que não são explicitadas por nossos estudantes. Como na pesquisa de Joffe (1995) sobre a representação social da AIDS, os mecanismos de defesa parecem ser centrais, estabelecendo a alteridade como núcleo da representação que permite escapar à ansiedade provocada pelo objeto.

Kaës (2001) já apontara caminhos relacionais entre a psicanálise e as representações sociais, legitimando a hipótese da presença no processo da representação de mecanismos semelhantes aos propostos por Freud para explicar o domínio inconsciente. Tais articulações precisam de mais desenvolvimentos, mas compreendemos que entender os esquecimentos como seleções orientadas por contextos mais amplos, imersos em afetos – e não como inexistências estruturais ou de acesso às informações circulantes – nos remete também ao sujeito criativo mencionado por Moscovici (1961/1978), que refaz as lembranças, cria nexos e, baseado no acúmulo de ideias em circulação, inventa novas histórias. Sem querer minimizar o papel que a escola desempenha na construção dessas representações, ressaltamos que Wagner e Hayes (2005) sublinham este caráter ao afirmar que a história é uma invenção não arbitrária para a qual a realidade provê material, de maneira que os ecos do passado se fazem presentes ou ausentes de acordo com os interesses de quem conta. As lacunas da memória, tecidas pela ordem dos afetos e pelas exigências do presente, ampliam o espaço de demanda por invenções que expliquem o passado brasileiro. A ênfase na construção das origens, associada ao menor desenvolvimento narrativo dos eventos históricos temporalmente mais próximos dos pesquisados, poderia sugerir que o peso recai mais facilmente sobre o pensamento mítico. O mito, assim, agiria como um bálsamo que tenta cicatrizar as feridas da memória, acalmando as dores e calando as dificuldades – enquanto pode. Pudemos perceber indícios de reação à inércia das representações hegemônicas. Eles estão em marcha, para talvez desestabilizar ou remodelar o que explica Jovchelovitch (2007/2008):

o mito distorce, ou até mesmo despreza a realidade do mundo exterior, o que, longe de diminuir sua força, constitui uma das fontes principais do seu poder. O poder do mito como conhecimento reside precisamente em sua capacidade de oferecer lentes para compreender e manter dimensões da vida humana não facilmente apreendidas por outros sistemas de conhecimento, de uma maneira que conforta, tranquiliza e liberta imaginativamente. (p. 186)

Referências

- Abrão, P. (2010). *Decisão do STF equivale torturadores e torturados, regrido no tempo e legítima ditadura militar*. Recuperado em 14 de Outubro de 2010, de <http://www.torturanunca-mais-sp.org>
- Anderson, B. (1983/1992). *Imagined communities: Reflections on the origin and spread of nationalism*. New York: Verso.
- Arruda, A. (2002). La presse écologiste et la préservation ambientale: Le champ de la représentation sociale. *Psicologia da Educação*, 14/15, 143-163.
- Arruda, A., Gonçalves, L. V. P., & Mululo, S. C. C. (2008). Viajando com jovens universitários pelas diversas brasileiras: representações sociais e estereótipos. *Psicologia em Estudo*, 13, 503-511.
- Arruda, A., & Ulup, L. (2007). Brasil imaginado: Representaciones sociales de jóvenes universitários. In A. Arruda & M. Alba (Orgs.), *Espacios imaginarios y representaciones sociales: Aportes desde Latinoamérica* (pp. 163-195). Barcelona: Anthropos Editorial.
- Assmann, J. (2006). *Religion and cultural memory*. Stanford: Stanford University Press.
- Augé, M. (2001). *As formas de esquecimento*. Almada: Íman Edições.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bardin, L. (2003). L'analyse de contenu et de la forme des communications. In S. Moscovici & F. Buschini (Orgs.), *Les méthodes des sciences humaines* (pp. 243-270). Paris: PUF.
- Bartlett, F. C. (1932/1995). *Remembering: A study in experimental and social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bosi, A. (1992). *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Carvalho, J. M. (1990). *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Chauí, M. (2001). *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Cruz, A. C. D., & Arruda, A. (2008). Por um estudo do ausente: a ausência como objetivação da alteridade em mapas mentais do Brasil. *Estudos e Pesquisas em Psicologia (Online)*, 8, 789-806.
- De Rosa, A. S., & Mormino, C. (2002). Au confluent de la mémoire sociale: Etude sur l'identité nationale et européenne. In S. Laurens & N. Roussiau (Orgs.), *La mémoire sociale: Identités et Représentations Sociales* (pp. 119-137). Rennes: Les Presses Universitaires de Rennes.
- Emelyanova, T. (2002). Les représentations sociales des événements historiques: Le cas de la deuxième guerre mondiale. In S. Laurens & N. Roussiau (Orgs.), *La mémoire sociale: Identités et représentations sociales* (pp. 139-150). Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- Ginzburg, C. (1986/1989). *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* (F. Carotti, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Gonçalves, L. P. V. (2008). *Um país escorre pelas terras dos rios gigantes: representações sociais de universitários do Pará sobre o Brasil*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Halbwachs, M. (1968/2006). *A memória coletiva* (B. Sidou, Trad.). São Paulo: Centauro.
- Jedlowski, P. (2005). Memória e a mídia: uma perspectiva sociológica (V. Rosito, Trad.). In C. P. Sá (Org.), *Memória, imaginário e representações sociais* (pp. 87-98). Rio de Janeiro: Museu da República.
- Jodelet, D. (1992). Mémoire de masse: Le côté moral et affectif de l'histoire. *Bulletin de Psychologie*, XLV (405), 239-256.
- Jodelet, D. (2008). Le mouvement de retour vers le sujet et l'approche des représentations sociales. *Connexions*, 89, 25-46.

- Joffe, H. (1995). "Eu não", "o meu grupo não": representações sociais transculturais da AIDS. In P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs.), *Textos em representações sociais* (pp. 297-320). Petrópolis: Vozes.
- Jovchelovitch, S. (2007/2008). *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura* (P. Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes.
- Kaës, R. (2001). Psicanálise e representação social (L. Ulup, Trad.). In D. Jodelet (Org.), *As representações sociais* (pp. 67-90). Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Lautier, N. (2005). A memória social na apropriação dos saberes históricos. (A.T. Ribeiro, Trad.). In C. P. Sá (Org.), *Memória, imaginário e representações sociais* (pp.183-197). Rio de Janeiro: Editora Museu da República (Trabalho original publicado em 1984).
- László, J., Vincze, O., & Somogyvári, I. K. (2003). Representation of national identity in successful historical novels. *Empirical Studies of the Arts*, 21, 1-9.
- Laurens, S. (2002). Avant-propos. In S. Laurens, & N. Roussiau. *La mémoire sociale, identities et représentations sociales* (pp.11-13). Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- Leibing, A., & Benninghoff-Lühl, S. (2001). O país sem memória – um guia. In A. Leibing & S. Benninghoff-Lühl (Orgs.), *Devorando o tempo: Brasil, o país sem memória* (pp. 12-22). São Paulo: Mandarim.
- Lerner, L. (2007). O retorno do reprimido. Memória ditadura e capital em Prova Contrária, de Fernando Bonassi. *Cadernos de Letras da UFF*, 33, 87-103.
- Liu, J. H., & László, J. (2007). A narrative theory of history and identity: Social identity, social representations, society and the individual. In G. Moloney, & I. Walker (Orgs.), *Social representations and identity: Content, process and power* (pp. 85-107). London: Palgrave-Macmillan.
- Lorenzutti, P. S. (2008). *A Escola Revisitada: representações sociais de futuros pedagogos do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Milgram, S., & Jodelet, D. (1976). Psychological maps of Paris. In H. M. Proshansky, W. H. Ittelson & L. G. Rivlin (Orgs.), *Environmental psychology: People and their physical setting* (pp. 104-124). New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Moscovici, S. (1961/1978). *A representação social da psicanálise* (A. Cabral, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.
- Rocha, A. L. C., & Eckert, C. (2001). A retórica do mito do progresso: Brasil, um país sem memória!. In A. Leibing & S. Benninghoff-Lühl (Orgs.), *Devorando o tempo: Brasil, o país sem memória* (pp. 34-47). São Paulo: Mandarim.
- Rolnik, S. (2007). *Cartografia sentimental*. Porto Alegre: Sulina.
- Roussiau, N., & Bonardi, C. (2002). Quelle place occupe la mémoire sociale dans le champ des représentations sociales? In S. Laurens & N. Roussiau (Orgs.), *La mémoire sociale: Identités et représentations sociales* (pp. 33-49). Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- Rüsen, J. (2001). *Razão histórica: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB.
- Sá, C. P. (2005). As memórias da memória social. In S. P. Sá (Org.), *Memória, imaginário e representações sociais* (pp. 63-86). Rio de Janeiro: Museu da República.
- Sá, C. P. (2007). Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(2), 290-295.
- Sá, C. P., & Oliveira, D. C. (2002). Sur la mémoire sociale de la découverte du Brésil. In S. Laurens & N. Roussiau (Orgs.), *La mémoire sociale: Identités et représentations sociales* (pp. 97-118). Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- Schwarcz, L. M. (1999). *As barbas do imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras.

Valencia, J. F. (2005). Representações sociais e memória social: vicissitudes de um objeto em busca de uma teoria (V. J. S. Clos, Trad.). In C. P. Sá (Org.), *Memória, imaginário e representações sociais* (p. 99-119). Rio de Janeiro: Editora Museu da República.

Wagner, W., & Hayes, N. (2005). *Everyday discourse and common sense: The theory of social representations*. New York: Palgrave Macmillan.

Enviado em Dezembro de 2010

Aceite em Março de 2011

Publicado em Julho de 2011

Sobre as autoras:

Ana Carolina Dias Cruz – Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista de doutorado do CNPq - Brasil.

Cristal Oliveira Moniz de Aragão – Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista de doutorado do CNPq - Brasil.

Luana Pedrosa Vital Gonçalves – Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Angela Arruda – Docente do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.